ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DAS PARCELAS DA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* E EFEITOS NA DESIGUALDADE DE RENDA, PERIODO 2012-2019

Marco Cesar de Abreu[1]

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a contribuição das diferentes parcelas que compõem a renda domiciliar per *capita* (RPDC) no período de 2012-2019, buscando investigar em uma perspectiva temporal quais parcelas foram significativas na desigualdade da distribuição de rendimentos no Brasil. Esse estudo apresenta a trajetória mais recente da literatura sobre desigualdade da distribuição de renda no Brasil; a decomposição da RPDC em onze parcelas da RPDC; o efeito-composição e o efeito-concentração, seguindo a metodologia de Hoffman (2019). Os microdados da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio Contínua (PNADC), publicados pelo IBGE, foram utilizados como fonte a esse estudo, considerando o respectivo período em recorte. Os principais resultados demonstram que apesar da progressividade das parcelas de algumas rendas demostrada no estudo, ao final do período ocorreu uma tendência de aumento da desigualdade da renda, evidenciada pelo Gini, e pela regressividade de algumas parcelas.

Palavras-chave: Desigualdade, Renda *Per Capita*, Decomposição do Gíni.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil sempre foi considerado um país de elevada desigualdade na distribuição da renda entre os segmentos de sua população. Estudos mais recentes demostram que os níveis de concentração e desigualdade voltaram a taxas elevadas no Brasil. No período destacado a esse estudo, ocorreu uma regressão acentuada dos ganhos distributivos no Brasil, no qual há reestimativas de que cerca de 4,6 milhões de brasileiros regressaram a extrema pobreza no período de 2014 a 2017; e entre os anos de 2014 a 2019, a renda dos 40% mais pobres caiu a uma taxa de 1,4 %.

Esses resultados, refletem os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) do IBGE no período de 2012 a 2019, no qual evidencia que ocorreram perdas expressivas dos ganhos da década anterior. De acordo com BARBOSA; SOUZA E SOARES (2020): "Entre 2001 e 2011 a renda média das famílias cresceu mais de 30%; a desigualdade medida pelo coeficiente de Gini caiu mais de 10%, e as taxas de extrema pobreza e de pobreza recuaram respectivamente, 4 pontos percentuais (p.p) e 12 p.p".

[1]Acadêmico do curso de Ciências Econômicas da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: endereço de e-mail do acadêmico. Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Ciências Econômicas da Unisul. 2022. Orientadora: Prof. Dra. MIRANDA, Joseane Borges de.

Tradicionalmente, para mensurar o grau de desigualdade existente na distribuição da renda domiciliar per capita do Brasil, são aplicadas as medidas de desigualdade representadas pelos índices de Gini e o T de Theil. Na publicação, "*Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira-2020*" BRASIL (2020), o índice de Gini da distribuição do RPDC, referente ao ano de 2019, foi de 0,544, o Theil registrou 0,600; o Gíni em 2012 (0,540), e o T de Theil de 2012 (0.592); o ano de 2014 foi considerado o melhor da série, quando o índice de Gini foi de 0.526, e o T de Theil de 0,423.

Conforme Hoffman (2020, p.2): "a evolução do índice de Gini e da medida T de Theil mostra que a desigualdade da distribuição da RDPC caiu mais lentamente de 2012 a 2015, subiu de 2015 a 2018, com crescimento intenso de 2015 a 2016, e diminuiu ligeiramente de 2018 a 2019".

Contudo, há uma limitação nos índices de Gini e T de Theil, sendo necessário desagregar, ou seja, realizar a decomposição por parcelas da renda domiciliar *per capita*, de modo a captar quais de fato as parcelas foram significativas no grau de desigualdade da renda, a fim de compreender os fatores determinantes da regressividade da renda entre os mais pobres.

Neste contexto, o estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, cuja abordagem é qualitativa e quamtitativa. De forma complementar, foram realizadas consultas a publicações eletrônicas, artigos e periódicos acadêmicos com enfoque ao tema da desigualdade de renda. Destaca-se em especial as pesquisas elaboradas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O objetivo geral deste estudo é analisar a evolução da distribuição da renda domiciliar per capita entre no Brasil, compreendendo a série histórica de 2012 a 2019, de modo a investigar quais parcelas foram de fato contributivas na desigualdade da distribuição da RDPC.

De forma a atingir o objetivo proposto a este estudo, apresenta-se alguns objetivos específicos a serem alcançados no decorrer deste trabalho de pesquisa:

- Mensurar a evolução da distribuição da RDPC na série de 2012 a 2019 por meio de quatro medidas, cita-se: a renda média per capita (RPDC), a decomposição da RDPC, o índice de Gini, o T de Theil;

- Analisar os dados referentes a proporção da renda dos 5% e 10% mais ricos, a razão entre as médias do décimo mais rico e dos quarenta mais pobres (10+/40-), do centésimo mais rico e da metade mais pobre (1+/50-);

- Analisar o efeito-composição, efeito-concentração e o efeito total no grau de distribuição no período de 2014-2019.

O estudo se justifica pela sua contribuição acadêmica na interpretação do fenômeno da desigualdade na distribuição de renda, e para tanto não se limita apenas a mensurar a desigualdade, mas procura investigar quais parcelas foram significativas no processo da desigualdade da renda.

A base de dados utilizada na elaboração dessa pesquisa foram os microdados da Pesquisa Nacional por Amostras e Domicílios Continua (PNAD Contínua), referente ao período de 2012 -2019, elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados da primeira entrevista, sendo a principal variável de interesse a renda domiciliar per capita e os seus componentes por fontes.

Visando atingir os objetivos propostos neste trabalho, este artigo compreende esta Introdução, sendo divido em três seções. A primeira seção compreende o referencial teórico, no qual é apresentada a revisão da literatura mais recente abordando o tema da desigualdade da renda no Brasil, com recortes entre o período de 2000 a 2019, o detalhamento da metodologia de análise aplicada ao estudo. Na terceira seção, divulga-se os resultados do estudo. Por fim, a quarta seção, apresenta-se a conclusão do trabalho, com respectivas considerações finais.

2 O DEBATE DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA *PER CAPITA* NO BRASIL

A década de 2000 é marcada por um forte crescimento da economia brasileira, cuja taxa média foi de 4.5% ao ano, que associada a implementação de políticas de redistribuição, com destaque para criação do Bolsa Família em 2003, e elevação do salário real, e da oferta de trabalho foram determinantes para melhoria do desempenho da renda domiciliar *per capita* das famílias brasileiras.

> "De 2001 a 2004, a desigualdade de renda familiar per capita caiu de forma contínua e substancial alcançando seu menor nível nos últimos trinta anos. Além de ser um resultado importe por si só, essa desconcentração levou uma expressiva redução da pobreza e da extrema pobreza". IPEA (2007, p.15)

Em "*A estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil"* (2002), publicação de Barros, Henriques e Mendonça, os autores utilizam as principais medidas tradicionais para mensurar o grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos e evolução da desigualdade no período de 1977-1999. "O coeficiente de Gini, o índice de Theil, a razão entre a média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres, e a razão entre a média dos 20% mais ricos entre os 20% mais pobres". BARROS; HENRIQUE; e MENDONÇA (2002, p.12)

O estudo de Soares (2006), é um dos primeiros exercícios na década que visam diagnosticar o comportamento da RPDC após o ano de 2015, no qual houve o acirramento da

crise econômica no país. O autor realiza uma decomposição das parcelas da renda entre os períodos de 2016 e 2017 com base nos microdados da PNAD Contínua.

> A divisão de rendas usada seguirá as perguntas de rendimentos da própria PNAD Contínua : Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bolsa Família, outros programas de transferência de proventos públicos (estaduais e municipais), Previdência – aposentadorias e pensões dos institutos oficiais, seja do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), seja dos regimes próprios dos servidores públicos , transferências privadas ao domicilio, capital (aluguéis , juros e dividendos)e, finalmente , a renda do trabalho, que na PNAD Contínua, e a fonte de rendimento mais importante". IPEA (2006, p. 8)

BARBOSA, SOUZA e SOARES (2006), analisam por meio da decomposição da RPDC quais os fatores foram determinantes para que 80% do crescimento da renda observada no período de 2015 a 2018 ficassem na posse dos mais ricos. De acordo com os autores, os 5% dos mais ricos foram beneficiados com o aumento da sua renda per capita 9%, enquanto estima-se que houve um retrocesso de 4% da RPDC média entre os mais pobres.

Os autores, ao analisarem a evolução da RPDC no período de 2012 a 2018, desagrega as parcelas da RPDC em sete categorias, a saber: renda do trabalho, Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas), Programa Bolsa Família (PBF), Benefícios Trabalhistas, Previdência até 1 salário-mínimo, Previdência acima de 1 salário-mínimo, e outros rendimentos.

As principais conclusões do trabalho de BARBOSA, SOUZA e SOARES (2006) são a de que houve uma variação de 30% do índice de Gini, e de que a renda do trabalho, que na década anterior contribui para melhor desempenho da renda média da RPDC, foi a principal parcela responsável pela piora da renda média entre os períodos de 2015 e 2018,e que as parcelas do PBF , do BPC e do seguro-desemprego não foram expressivas para fins de mitigar os efeitos do mercado do trabalho devido a recessão econômica.

Hoffmann (2007), destaca que as parcelas referentes a aposentadorias e pensões são responsáveis por acentuar a desigualdade na distribuição de renda. O autor faz referência aos trabalhos de Hoffmann (2003), Hoffman e Leone (2004), e Nicholson (2007), reforçando o caráter regressivo dessas parcelas, que contribuem para o aumento da desigualdade.

O estudo de Hoffmann (2006), desagregou em nove parcelas a RPDC, destacando que entre o período de 2001 a 2007, a renda dos trabalhadores do setor privado contribuiu para redução de mais de 50% do índice de Gini no respectivo período.

O Comunicado IPEA n.º 155: "A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda" (2012), a decomposição da renda domiciliar per capita, com base na PNAD, demostra a participação de cada parcela da renda por fontes: Trabalho (58%),

Previdência (19%), Bolsa Família (13%), Benefício de Prestação de Contas (BPC 4%) e outras rendas (6%). Ou seja, a renda do trabalho obteve maior participação entre todas as demais fontes, esse efeito tem por principal causa a expansão da oferta de trabalho em um ritmo de crescimento da economia brasileira, conferindo sustentabilidade ao processo de redução da desigualdade da renda no Brasil.

As análises do período 2001-2011 indicam que houve uma redução do grau de desigualdade, que é demostrada pela evolução temporal do índice de Gini, que registrou queda no período, passando em 2001 de 0,596 para 0,543 ao final de 2011.

2.1 DECOMPOSIÇÃO DAS PARCELAS DA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* (RPDC)

A renda domiciliar *per capita* se constitui em uma importante variável para investigar o comportamento do bem-estar, da desigualdade e da pobreza ao longo dos estratos de renda da população brasileira.

De modo a investigar o comportamento das parcelas que compõem a renda domiciliar per capita, este estudo considerou a decomposição dessa renda em 11 parcelas, com base nas informações da PNAD Contínua, conforme a abordagem de Hoffman (2022):

01 – EPM: Rendimento do Trabalho de empregados do setor privado;

02 - PUB: Rendimento do trabalho de empregados do setor público;

03 – PAT: Rendimento do trabalho de empregadores (Patrões);

04 – AUT: Rendimento de trabalhadores por conta própria (Autônomos)

05 – APP: Aposentadorias e Pensões;

06 - DOA: Doação recebida de outro domicílio, mesada e pensão alimentícia;

07 - ALU: Rendimento de aluguel ou arrendamento;

08 – BPC: Rendimento de Benefício Assistencial de Prestação Continuada;

09 - BF: Rendimento do Programa Bolsa Família;

10 – OPS: Outros Programas Sociais;

11 – REST: resto, incluindo seguro-desemprego, seguro-defeso, bolsa de estudos, caderneta de poupança, aplicações financeiras, etc.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio Contínua (PNAD Contínua), as informações da renda domiciliar per capita podem ser analisadas de forma agregada e desagregada.

> "A PNAD Contínua levanta os rendimentos do trabalho e os rendimentos de outras fontes. Dada a importância, o peso e a variabilidade dos rendimentos do trabalho, estes são levantados de duas formas. A primeira se refere ao rendimento bruto do mês de referência recebido pelo trabalho, classificado como rendimento efetivo do trabalho. A segunda forma se refere ao rendimento bruto normalmente recebido pelo trabalho, classificado como rendimento habitual do trabalho". BRASIL (2019, p.)

Neste estudo, a renda do trabalho é constituída pela composição das parcelas 1, 2, 3 e 4, e o "rendimentos do trabalho" é caracterizado de acordo com os critérios do IBGE: "É denominado "rendimento do trabalho" aquele que diretamente associado à atividade ou ocupação da pessoa". Hoffman (2020, p)

A composição dos rendimentos de aposentadorias e pensões são efetivamente os pagamentos realizados por Institutos de Previdência Federal, Estadual, Municipal, ou do governo federal, estadual, e municipal, além de entidades seguradoras ou de fundos de pensão. Referem-se, portanto, a parcela cinco da RPDC.

As rendas provenientes de doações, nas quais estão incluídas as mesadas e pensão alimentícia, sendo espontânea ou derivadas de decisão judicial, sem contrapartida de prestações de serviços. Esses rendimentos são representados na sexta parcela.

As rendas de aluguel incluem sublocação ou arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais etc., cuja composição é apresentada na sétima parcela.

Por fim, as parcelas denominadas de "Outros Rendimentos", que de acordo com esse estudo compreende a nona, décima e décima primeira parcela desse estudo, de acordo com o IBGE (2020), são compostas de:

> Outros Rendimentos, incluem bolsa de estudo ou programa educacional; caderneta de poupança; aplicações financeiras; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidades seguradoras ou fundos de pensão; pensão paga por caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão, na qualidade de beneficiária de outra pessoa; programa social privado; parceria; direitos autorais; exploração de patentes etc.

Neste estudo, a renda domiciliar per capita é a principal variável de interesse na PNAD Contínua. Considera-se para efeito deste trabalho que a renda domiciliar é composta pelo somatório das onze parcelas apresentadas nesta seção. Entretanto, cabe ressaltar que o IBGE atribui definição para o conceito de renda domiciliar per capita, que não se confunde com o conceito de renda domiciliar:

> Considerou-se como rendimento domiciliar per capita a divisão do rendimento domiciliar pelo número de moradores do domicílio, exclusive os daqueles cuja condição no domicílio fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. BRASIL (2022, p)

2.2 DECOMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE GINI DA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA*

Nesta seção é apresentado a metodologia aplicada para decomposição do índice de Gini[2], cujo método se baseou em trabalhos pioneiros de Pyatt, Chan e Fei (1980), sendo esse procedimento tradicionalmente aplicado aos estudos de Lerman e Yitzhak (1985), Hoffman (2003), Ferreira (2003), Hoffman (2006). Contudo, o método a seguir seguiu o adotado por Hoffman (2019), conforme descrito a seguir.

O principal método adotado neste artigo para análise da decomposição do índice de Gini nos permite avaliar o desempenho das parcelas da renda domiciliar per capita e mensurar a progressividade ou regressividade de cada parcela, sendo empregada nos estudos de Hoffman (2019).

Conforme metodologia adotada por HOFFMANN, BOTASSIO, e JESUS (2019), o índice de Gini é representado por:

$$G = \frac{2}{n\mu}\operatorname{cov}(i, x_i) \tag{1}$$

Admitindo-se que a renda (x_i) é composta por k parcelas e ordenada de forma crescente, tal que, a i-ésima parcela de uma pessoa da população é representada por x_{hi} (com $h = 1, 2, \ldots, k$), temos que:

$$x_i = \sum_{h=1}^{k} x_{hi} \tag{2}$$

Onde, a média da h-ésima parcela é:

$$\mu_h = \frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n} x_{hi} \tag{3}$$

Na qual, a proporção acumulada do total dessa parcela até a i-ésima pessoa na série (1) é:

$$\Phi_{hi} = \frac{1}{n\mu_h}\sum_{j=1}^{i} x_{hj} \tag{4}$$

[2] "O coeficiente de Gini é uma medida que sintetiza o nível de desigualdade de uma distribuição de renda em um único número. Trata-se do indicador mais conhecido e usado de desigualdade. Um coeficiente de Gini igual a 0 significa que não há qualquer desigualdade na população; um coeficiente igual a 1 significa desigualdade máxima". (Medeiros, 2012, p.126)

A curva de Lorenz, na qual é uma proporção acumulada da renda em função da proporção acumulada população, é um tipo de curva de concentração, em que a *h*-ésima parcela à curva que mostra como Φ_{hi}, varia em função de p_i. Cabe ressaltar que, na construção da curva de concentração de x_{hi} é utilizada a ordenação do x_i (e não a ordenação do x_{hi}, que pode ser diferente).

Admitindo que $x_{hi} \geq 0$ e sendo β_h a área entre a curva de concentração de x_{hi} e o eixo das abscissas (p_i), a respectiva razão de concentração é definida como:

$$C_h = 1 - 2\beta_h \tag{5}$$

Analogamente a (1), pode-se demonstrar que:

$$C_h = \frac{2}{n\mu_h} \operatorname{cov}(i, x_{hi}) \tag{6}$$

Verifica-se que $-1 + \frac{1}{n} \leq C_h \leq 1 - \frac{1}{n}$.

A participação da *h*-ésima parcela na renda total é:

$$\varphi_h = \frac{\sum_{i=1}^{n} x_{hi}}{\sum_{i=1}^{n} x_i} = \frac{\mu_h}{\mu} \tag{7}$$

Pode-se demonstrar que o índice de Gini é a seguinte média ponderada das razões de concentração:

$$G = \sum_{h=1}^{k} \varphi_h C_h \tag{8}$$

Como $\sum \varphi_h = 1$, pode-se escrever

$$G = G - \sum_{h=1}^{k} \varphi_h (G - C_h) \tag{9}$$

De acordo com a expressão (8), com $\varphi_h > 0$, o sinal de $G - C_h$ é que determina se a parcela contribui para reduzir ou aumentar o valor do índice de Gini. Portanto, quando $C_h > G$, a parcela contribui para aumentar a desigualdade medida pelo índice de Gini e é denominada *regressiva*; se $C_h < G$, a parcela contribui para diminuir o valor de G e é considerada *progressiva*.

A diferença $G - C_h$ pode ser considerada uma medida do grau de progressividade da parcela.

2.3 O EFEITO-COMPOSIÇÃO E EFEITO-CONCENTRAÇÃO NA VARIAÇÃO DE DOIS ANOS DISTINTOS

Conforme HOFFMANN, BOTASSIO, e JESUS (2019), a decomposição do índice de Gini das parcelas da renda per capita são insumos viáveis para analisarmos as mudanças ocorridas no grau de desigualdade de uma distribuição por meio do efeito-composição e o efeito-concentração.

Para tanto, esse trabalho analisou o efeito-concentração e o efeito-composição ocorrido entre os anos de 2014 a 2019, adotando-se o método descrito por esses autores:

Vamos admitir que estamos analisando a distribuição da renda em dois anos distintintos , indicados pelos índices 1 e 2, e partindo da equação (8) apresentada neste estudo, em que no ano inicial temos que:

$$G_1 = \sum_{h=1}^{k} \varphi_{1h}\, C_{1h} \tag{10}$$

A divisão das parecelas da renda para o ano seguinte, fica definido, conforme Hoffmann (2019), por:

$$G_2 = \sum_{h=1}^{k} \varphi_{2h}\, C_{2h} \tag{11}$$

A variação obtida entre os anos será obtida através das variações dos respectivos índices de Gini, no qual pode ser determinado pela fórmula abaixo:

$$\Delta G = G_2 - G_1 = \sum_{h=1}^{k} (\varphi_{2h} C_{2h} - \varphi_{1h} C_{1h}) \tag{12}$$

Somando-se e subtraindo-se $\varphi_{1h} C_{2h}$ dentro da expressão entre parênteses e fatorando, obtemos:

$$G = \sum_{h=1}^{k} (C_{2h} \Delta\varphi_h - \varphi_{1h} \Delta C_h) \tag{13}$$

De modo que, temos as seguintes variações: $\Delta\varphi_h = \varphi_{2h} - \varphi_{1h}$ e $\Delta C_h = C_{2h} - C_h$.

De forma análoga, Hoffmann considera que somando-se e subtraindo-se $\varphi_{2h}C_{1h}$ dentro da expressão entre parentes na equação 13, e fatorando, se obtém a seguinte expressão abaixo:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^{k} (C_{1h}\Delta\varphi_h - \varphi_{2h}\Delta C_h) \tag{14}$$

As duas expressões 13 e 14 são formas de decompor a mudança no índice de Gini, sendo também possível obter-se a média aritmética, que fica definida conforme a expressão abaixo:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^{k} (\bar{C}_h\Delta\varphi_h - \bar{\varphi}_h\Delta C_h) \tag{15}$$

Onde temos,

$$\bar{C}_h = \frac{1}{2}\,(C_{1h} + C_{2h}) \tag{16}$$

$$\bar{\varphi}_h = \frac{1}{2}\,(\varphi_{1h} + \varphi_{2h}) \tag{17}$$

Sendo que a expressão abaixo designa a média dos índices de Gini nos respectivos anos considerados na análise.

$$\bar{G} = \frac{1}{2}\,(G_1 + G_2) \tag{18}$$

Temos que $\sum_h \varphi_{2h} = \sum_h \varphi_{1h} = 1$, onde:

$$\sum_{h=1}^{k} \bar{G}\,\Delta\varphi_h = \bar{G}\sum_{h=1}^{k} (\varphi_{2h} - \varphi_{1h}) = 0 \tag{19}$$

Então, subtraindo-se da expressão 19 o segundo membro, obtemos:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^{k} [(\bar{C}_h - \overline{G})\Delta\varphi_h + \bar{\varphi}\Delta C_h] = 0 \tag{20}$$

Conforme Hoffmann, na expressão 20, um aumento da participação de uma parcela ($\Delta\varphi_h$>0) contribui para aumentar ou diminuir o índice de Gini conforme a razão de concentração dessa parcela seja maior ou menor do que o índice de Gini.

Fica, dessa forma, a *h*-ésima parcela do rendimento para essa mudança, definida de acordo com a expressão a seguir.

$$(\Delta G)_h = (\bar{C} - \bar{G})\Delta\varphi_h + \bar{\varphi}_h \Delta C_h \tag{21}$$

Por sua vez, a respectiva contribuição percentual é:

$$S_h = \frac{100}{\Delta G}[(\bar{C}_h - \bar{G})\Delta\varphi_h + \bar{\varphi}_h \Delta C_h \tag{22}$$

Através das expressões 21 e 22, observamos um efeito na dinâmica do rendimento, que é denominado de efeito-composição, e por sua vez, um efeito associado à mudança das razões de concentração, chamado de efeito-concentração.

Logo, o efeito-composição da *h*-ésima parcela é:

$$(\bar{C}_h - \bar{G})\Delta\varphi_h \tag{23}$$

Ou, como contribuição percentual para a mudança do índice de Gini, temos:

$$S_{\varphi h} = \frac{100}{\Delta G}[(\bar{C}_h - \bar{G})\Delta\varphi_h \tag{24}$$

O efeito-composição total é:

$$\sum_{h=1}^{k} (\bar{C}_h - \bar{G})\Delta\varphi_h \tag{25}$$

O efeito-concentração h-ésima parcela, de acordo com a metodologia de Hoffmann, é

$$\bar{\varphi}_h \Delta C_h, \text{ ou } S_{C_h} = \frac{100}{\Delta G} \bar{\varphi}_h \Delta C_h \tag{26}$$

O efeito-concentração é

$$\sum_{h=1}^{k} \bar{\varphi}_h \, \Delta C_h \tag{26}$$

3 ANÁLISE DE RESULTADOS

Nessa seção do estudo nos dedicamos a analisar a renda domiciliar per capita, e a contribuição de cada componente da RPDC para a desigualdade. Os resultados por ora aqui apresentados refletem os trabalhos desenvolvidos por Hoffmann (2020).

3.1 ANÁLISE DA DISTRIBIÇÃO DA RDPC, GRAU DE DESIGUALDADE E RAZÃO DE PROPORÇÃO NO PERÍODO DE 2012 A 2019.

Diante do exposto, nossa primeira análise será a evolução da Renda Domiciliar Per Capita, que é apresentada nas Tabela 1, em conjunto com os principais indicadores de desigualdade, que são o índice de Gini e o T-Theil, e a RDPC Média. Sendo assim, será possível observar a trajetória da renda de forma agregada nos períodos que antecederam a crise, durante a crise e o período pós crise.

Tabela 1 – Evolução do Índice de Gini, T-Theil, e Rendimento Médio *Per Capita* dos domicílios Brasileiros, referente ao período de 2012-2019.

Ano	GINI	T-THEL	MÉDIA
2012	0,540	0,589	1345
2013	0,532	0,565	1387
2014	0,526	0,548	1430
2015	0,524	0,546	1380
2016	0,537	0,576	1356
2017	0,539	0,586	1369
2018	0,545	0,602	1430
2019	0,544	0,601	1450

Fonte: Elaboração Própria, PNAD Contínua (2012-2019) e Hofmann (2022).

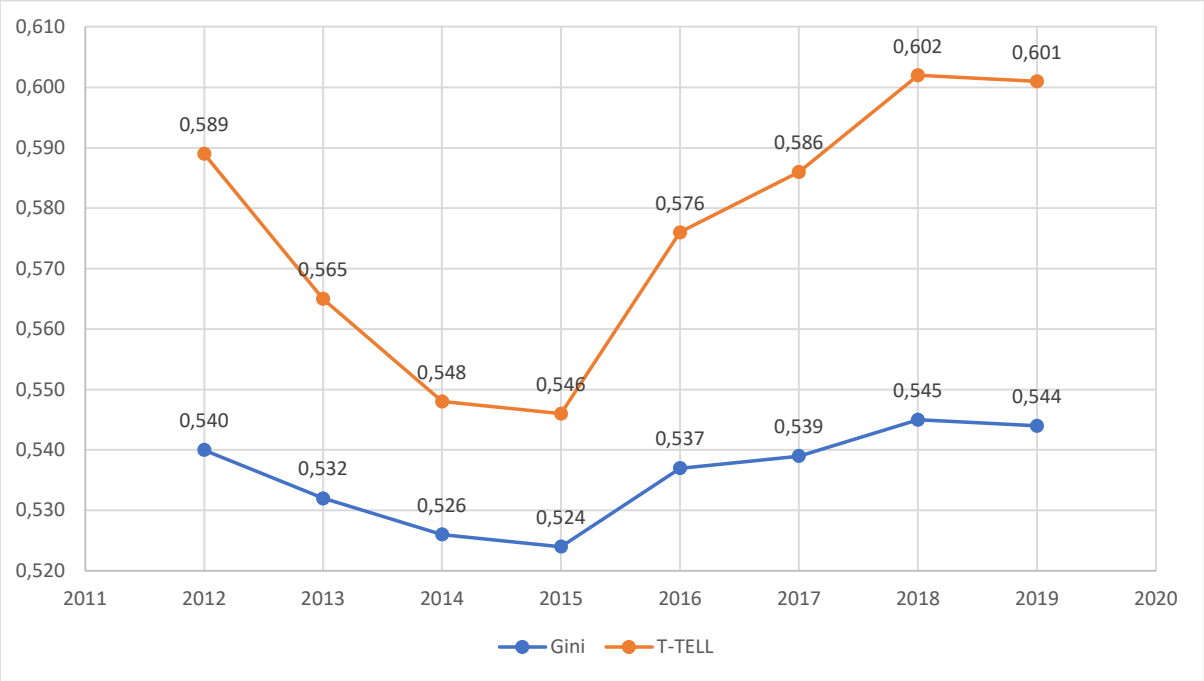
A Tabela I e o Gráfico 1, demonstram a evolução do Gini e do T-Theil de 2012 a 2019. No início da série, o Gini registrou 0,540 (2012), e ao final do ano do período, que antecede a

crise, o Gini foi de 0,526 (2014), indicando que gradativamente a desigualdade da distribuição da na renda domiciliar *per capita* vinha caindo de maneira mais lenta.

Entretanto, nos anos de 2015-2016, período da crise econômica, ocorreu uma relativa crescimento dos indicadores de Gini e T-Theil, demostrando que as famílias brasileiras estavam perdendo renda, e que o país novamente retornava a amargar níveis altíssimos de desigualdade.

No período de 2015 a 2018, o crescimento das medidas de ambas medidas de desigualdade evoluiu de forma intensa. Contudo, já entre os períodos de 2018 a 2019, há uma ligeira estabilidade, com redução das medidas de Gini e T-Theil.

Gráfico 1 – Evolução dos Indicadores de Desigualdade: Índices de Gini e T-Thell, referente ao período de 2012 a 2019.



Fonte: Elaboração Própria a partir da PNAD Contínua (2012-2019) e Hofmann (2022).

Com base nos dados da Pnad Continua e em Hoffman (2022), o índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* do Brasil foi de 0,544, que quando comparada com o início da série, que foi 0,540 (2012), esses resultados indicam que houve um crescimento da desigualdade da RPDC, mesmo diante de um quadro de elevação do rendimento médio ao final da série.

O Gráfico 2, apresenta o desempenho da RDPC Média em todo período de 2012 a 2019. Destacando-se a tendencia de queda da RDPC Média, durante o período da crise, que se inicia-se ao término de 2014 aprofundando-se até o ano de 2016. “Em 2015, tudo mudou: a renda média real despencou 3,3%, a maior queda da década. Nos anos seguintes, os dados mostram

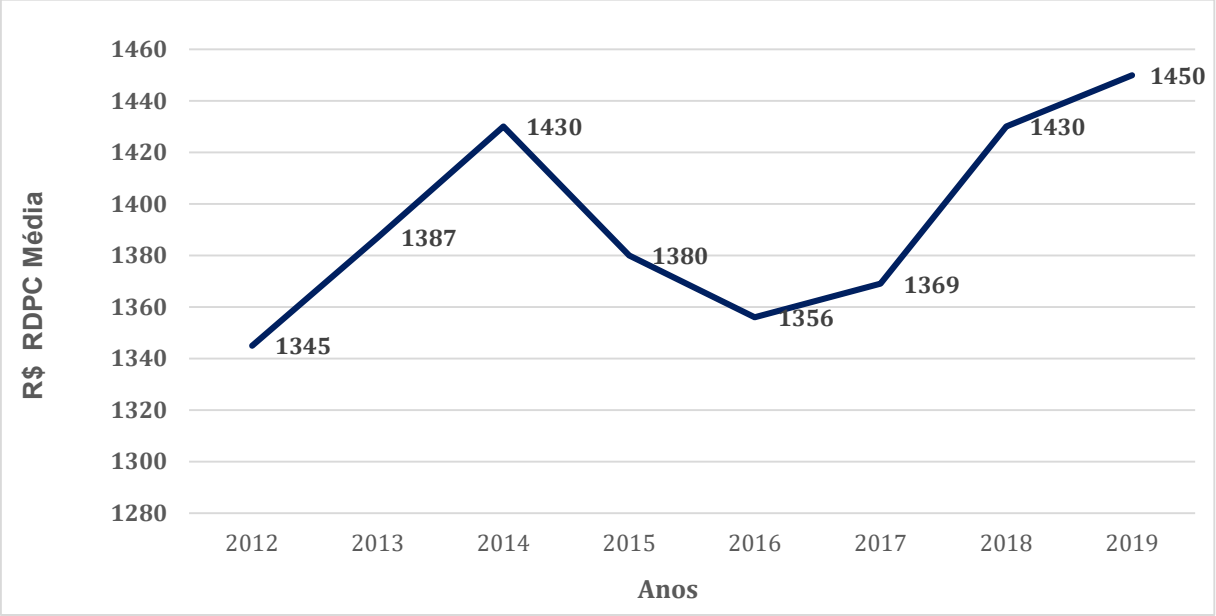
sobretudo estagnação, com recuo acumulado de menos de 1% entre 2015 e 2017". BARBOSA; SOUZA; SOARES (2020, p. 8)

O ano de 2014 apresenta a melhor média do período, registrando o valor de R$ 1430. Durante o período da crise, a renda média despencou, registrando em média R$ 1356 ao final de 2016. Em 2019, o rendimento domiciliar per capita volta a ter crescimento, terminando o período com R$ 1450.

Observa-se que ao término da série de 212 a 2019, há um crescimento da RDPC, que quando comparada com o início da série R$ 1345 (2012), verifica-se uma variação positiva de 7,80 %, contudo as mudanças do comportamento da RPDC, após a crise, não refletiram em todos os estratos da renda domiciliar per capita, conforme já abordado anteriormente.

> De fato, 2015 representou uma recessão generalizada, com crescimento negativo de todos os estratos, ainda que as perdas estivessem mais concentradas nos extremos da distribuição. A partir de 2016, contudo, a recuperação econômica já passou a seguir a pleno vapor para os 10% ou os 5% mais ricos. Em 2018, a recessão já havia ficado para trás para a metade mais rica dos brasileiros. BARBOSA; SOUZA e SOARES (2020, p. 12)

Gráfico 2 – Evolução da Renda Domiciliar Per Capita Média do Brasil, período de 2012 a 2019.



Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD Contínua e de Hofmann (2022).

Aparentemente, o crescimento do rendimento médio ao final do período da série, pode dar uma falsa informação de que a crise de fato foi superada. Entretanto, essa informação é dada de modo agregado, não demostrando a realidade da distribuição por estratos da RPDC, visto que houve comportamentos bem distintos ao longo de toda distribuição.

A tabela 2, apresenta resultados da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* do País, em que temos a parcela do rendimento para cada décimo da população. "A soma de todos os percentuais apropriados por cada décimo soma 100% do rendimento domiciliar per capita total de cada ano". BRASIL (2022, p. 53)

Tabela 2 – Rendimento Domiciliar Per Capita, percentual da renda concentrada segundo as classes de percentual de rendimento domiciliar per capita, 2012-2019.

Classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita	ANOS DE REFERÊNCIA							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual
Até 10%	1,0	1,0	1,1	1,1	0,9	0,8	0,8	0,8
Mais de 10% a 20%	2,2	2,2	2,3	2,3	2,2	2,2	2,1	2,1
Mais de 20% a 30%	3,2	3,2	3,3	3,3	3,2	3,2	3,1	3,1
Mais de 30% a 40%	4,1	4,2	4,3	4,4	4,2	4,2	4,1	4,2
Mais de 40% a 50%	5,3	5,4	5,5	5,5	5,4	5,4	5,3	5,4
Mais de 50% a 60%	6,7	6,8	6,8	6,9	6,8	6,9	6,8	6,8
Mais de 60% a 70%	8,2	8,3	8,3	8,4	8,2	8,3	8,2	8,3
Mais de 70% a 80%	10,7	10,8	10,8	10,9	10,8	10,8	10,8	10,8
Mais de 80% a 90%	15,6	15,7	15,7	15,7	15,8	15,7	15,7	15,6
Mais de 90% a 95%	12,3	12,5	12,4	12,3	12,6	12,4	12,5	12,2
Mais de 95%	30,7	29,8	29,4	29,1	29,9	30,2	30,6	30,6

Fonte: Elaboração Própria com base nos microdados da PNAD Contínua 2020, consolidado de primeiras entrevistas.

É possível verificar que os primeiros décimos da parcela, que corresponde aos 10% com menores rendimentos, detinham apenas 0,8% da RDPC, e ao término do ano de 2019, situação muito pior do que no início de 2012, no qual essa classe possuía cerca de 1,0% da RPDC. Ao final do ano de 2016, período mais intenso da crise, esse grupo concentrava cerca de 0,9% do rendimento de todas as fontes.

O último décimo, que representa 95% da população ou os 5% com maiores rendimentos, verifica-se que há uma concentração inicial de 30,7% (2012) da renda total e ao término do período, esse valor representa 30,6%. O que demostra que entre essa parcela da população, considerada a mais rica, houve pouco impacto da crise. Cabe destacar que no período da crise, essa parcela da população não perdeu renda, em 29,4% (2014) e no ano de 29,9% (2016).

Na Tabela 3, são apresentados os indicadores de desigualdade, a parcela da RDPC média e mediana, a proporção da renda apropriada pelos 5% e 10% mais ricos de toda a população, e os respectivos indicadores de apropriação da renda: as razões 10/40 e 1/50.

"A análise dos rendimentos médios e medianos dos décimos da distribuição de rendimentos é importante para avaliar as taxas de crescimento percentual de cada segmento.

Serve também para cada família avaliar a própria renda, a partir do valor mínimo que precisam auferir para se situar em um dado segmento". (IBGE, 2020, p.58)

Conforme a Tabela 3, quando avaliamos os extremos da distribuição, os resultados para os 10% e os 5% porcento da população com maiores rendimentos, indicam para ambos uma acentuada concentração da RPDC, sendo de 42,8% e 29,5%.

Tabela 3 - Evolução da Renda Domiciliar Per Capita Média, Mediana, Medidas de Desigualdade: índice de Gini, T de Theil[3], proporção da renda dos 5% e 10%, e Razão entre as médias do décimo mais Rico e dos Quarenta mais pobres (10+/40-), do centésimo mais rico e da metade mais pobre (1+/50-).

Ano	Média (1)	Mediana (1)	Gini	T-Theil	%10+	%5+	RZ 10/40	RZ01/50
2012	1345,00	799,00	0,540	0,589	42,8	30,5	16,3	38,3
2013	1387,00	842,00	0,532	0,565	42,2	29,7	15,6	35,7
2014	1430,00	884,00	0,526	0,548	41,6	29,2	15,0	33,4
2015	1380,00	857,00	0,524	0,546	41,3	29,0	14,9	34,0
2016	1356,00	811,00	0,537	0,576	42,4	29,9	16,2	36,5
2017	1369,00	827,00	0,539	0,586	42,5	30,2	16,4	37,3
2018	1430,00	850,00	0,545	0,602	43,1	30,6	17,1	39,6
2019	1450,00	876,00	0,544	0,601	42,8	29,5	16,9	40,0

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD Contínua e de Hofmann (2022).

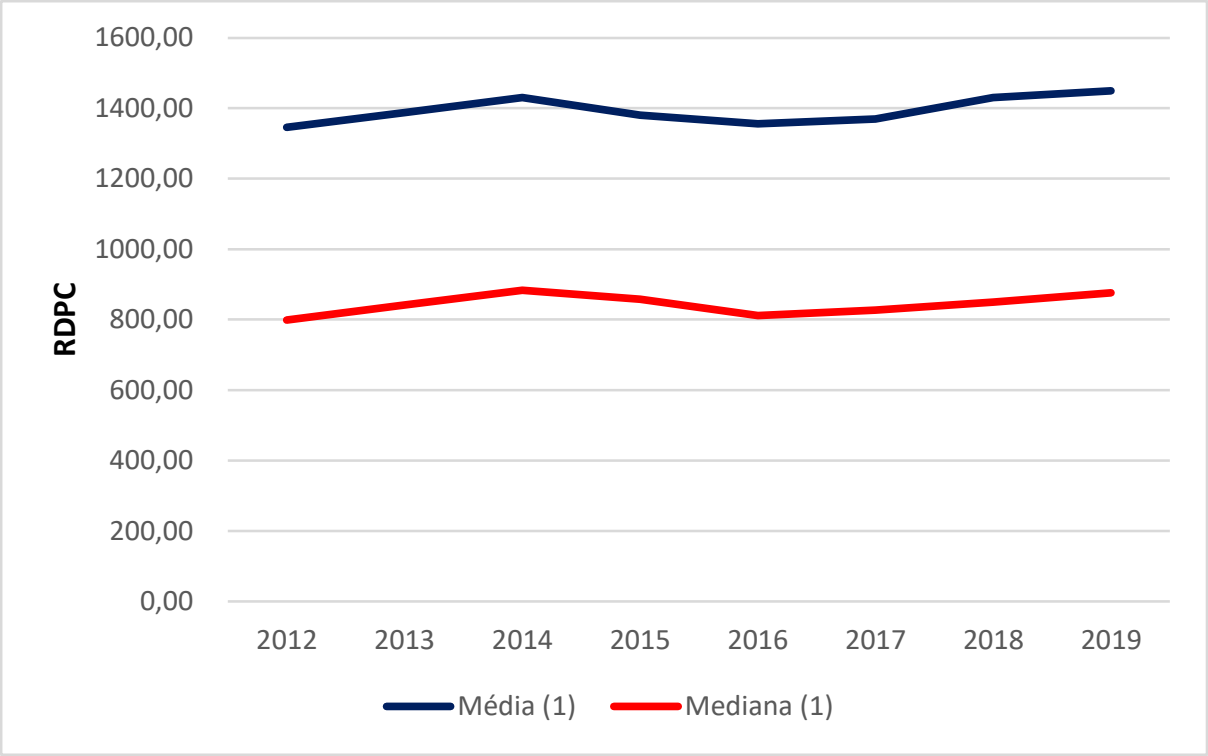
Visando demostrar a proporção da renda total acumulada entre diferentes estratos da população, ou seja: "A razão 10/40 relaciona o rendimento médio dos 10% com os maiores rendimentos com o rendimento médio dos 40% com os menores rendimentos. A razão 1/50 relaciona os rendimentos médios dos 1% com os maiores rendimentos com o rendimento médio dos 50% com os menores rendimentos." (IBGE, 2020, p.142)

Sendo assim, na tabela 3, os 5% e os 10% com maiores rendimentos per capita da população tiveram pouca perda de renda, se considerarmos todo o período em análise, mantendo forte concentração da RDPC ao longo de todo período.

Entre os 10% com maiores renda quando comparado com os 40% da população com menor renda, e da participação do 1% mais rico com os 50% por cento com menores rendimentos. Percebe-se que houve aumento da apropriação da renda entre ambas os grupos destacados na respectiva tabela durante o período em questão.

[3] "Em termos gerais, os índices de Theil podem ser entendidos como medidas que sintetizam a distância relativa dos pontos da distribuição real em relação a uma distribuição perfeitamente igualitária. Assim como a maioria das medidas de desigualdade, os índices de Theil medem desigualdade relativa". (Medeiros, 2012, p.144)

Gráfico 3 – Evolução da Renda Domiciliar Per Capita Média do Brasil, Média e Mediana[4], referente ao período de 2012 a 2019.



Fonte: Elaboração Própria a partir da PNAD Contínua, Hoffmann (2022) e Jesus (2022).
(1) Em Reais do quarto trimestre de 2020.

No gráfico 3, a mediana da RPDC representa um indicativo de distribuição bem mais próximo da realidade brasileira, e equivale ao meio da distribuição, na qual 50% da população dispõe de acesso. "Os valores médio e mediano da RDPC cresceram de 2012 a 2014, caíram de 2014 a 2016 e depois se recuperaram, atingindo, em 2019, valores praticamente iguais aos de 2014". Hoffmann (2020, p.2)

> A média tem por característica ser influenciada por valores extremos, o que, em um contexto de distribuição muito desigual dos rendimentos, acaba elevando o rendimento médio do Brasil por influência dos altos rendimentos nos estratos superiores. A mediana, embora de compreensão menos imediata que a média, remete a um indicativo mais próximo à realidade de grande parte da população brasileira. A mediana equivale ao meio da distribuição, ou seja, o rendimento mediano domiciliar per capita é aquele correspondente ao que até metade da população tem acesso. No Brasil, o rendimento domiciliar per capita mediano equivalia a cerca de 60% do rendimento médio e foi de R$ 876, em 2019, inferior, portanto, ao valor do salário-mínimo nacional vigente nesse ano (R$ 998)". BRASIL (2020, p. 57)

[4] "Medidas de localização comuns são as de tendência central, como a média e a mediana, e as medidas de dispersão mais comuns são a variância e suas transformações. A desigualdade de rendimentos está relacionada à segunda característica básica da distribuição, sua dispersão". (Medeiros, 2012, p.21)

3.2 PARTICIPAÇÃO DA 11 (ONZE) PARCELAS DA RPDC E SUA RAZÃO DE CONCENTRAÇÃO ENTRE 2012 A 2019.

Nesta seção do estudo analisamos os resultados da decomposição da RPDC por 11 parcelas, conforme a Metodologia de Hoffman (2020), e a razão de concentração durante o período de 2012 a 2019.

A tabela 4 apresenta a evolução da composição percentual das parcelas da renda correspondente a RPDC durante o período de 2012 a 2019. Como se é esperado, a renda do setor privado (EMP) reduz de 38,18% (2014) para 35,15% (2019). Destaca-se que a crise econômica iniciada em 2014, impactou diretamente o mercado de trabalho e por fim o rendimento do trabalho.

Entretanto, houve maior participação das rendas provenientes das Aposentadorias e Pensões (APP), essas registraram 16,63% (2014) e evoluíram para 18,67% (2019). Destaca-se que as rendas provenientes do setor público tiveram a mesma tendência, com 15,23% (2014) e 15,30% (2019). Ao final de 2019, esses rendimentos juntos concentravam 33,97 % da RPDC. Esses dados, ratificam as conclusões obtidas pelo IBGE, quanto a participação dessas parcelas na renda total, em que:

> Até 2014 houve aumento da parcela do rendimento de todos os trabalhos no rendimento domiciliar per capita, atingindo 75,2% neste ano. A partir de 2015, aumentou a parcela relativa a outras fontes de rendimento, motivado sobretudo pelo comportamento de alta das aposentadorias e pensões, que alcançou 20,5% em 2018 e 2019". BRASIL (2020, p. 9)

Tabela 4 – Evolução da participação das 11 parcelas que compõem a Renda Domiciliar *Per Capita* no período de 2012 a 2019

Ano	EMP	PUB	PAT	AUT	APP	DOA	ALU	BPC	BF	OPS	REST
2012	37,66	15,01	9,02	14,08	16,46	1,16	2.24	0,61	0,78	0,15	2,83
2013	38,24	15,15	8,99	14,20	16,24	1,18	2,00	0,63	0,82	0,17	2,38
2014	38,18	15,23	8,80	14,78	16,63	1,10	1,84	0,66	0,79	0,19	1,81
2015	37,47	15,24	8,92	14,49	16,88	1,18	2,18	0,76	0,74	0,17	1,98
2016	37,00	15,14	9,32	14,24	17,67	1,15	2,16	0,87	0,73	0,12	1,61
2017	35,69	15.41	9,14	14,59	18,27	1,19	2,32	0,85	0,69	0,10	1,75
2018	34,61	15,74	9,62	14,50	18,62	1,20	2,35	0,90	0,65	0,09	1,70
2019	35,15	15,30	9,51	14,45	18,67	1,16	2,40	0,94	0,63	0,09	1,69

Fonte: Elaboração Própria com base na PNAD Contínua, Hoffmann (2022) e Jesus (2022).

Os resultados, portanto, elucidam que os rendimentos do trabalho mantiveram uma boa participação na RPDC, porém demostram uma tendência de queda até o final de 2019, contribuindo para desigualdade da distribuição da RPDC. Tal fato, é evidente quando analisado os dados referentes a evolução do índice de Gini do rendimento médio de todos os trabalhos do mesmo período, em que: "Entre 2012 a 2015 houve uma tendência de redução deste indicador,

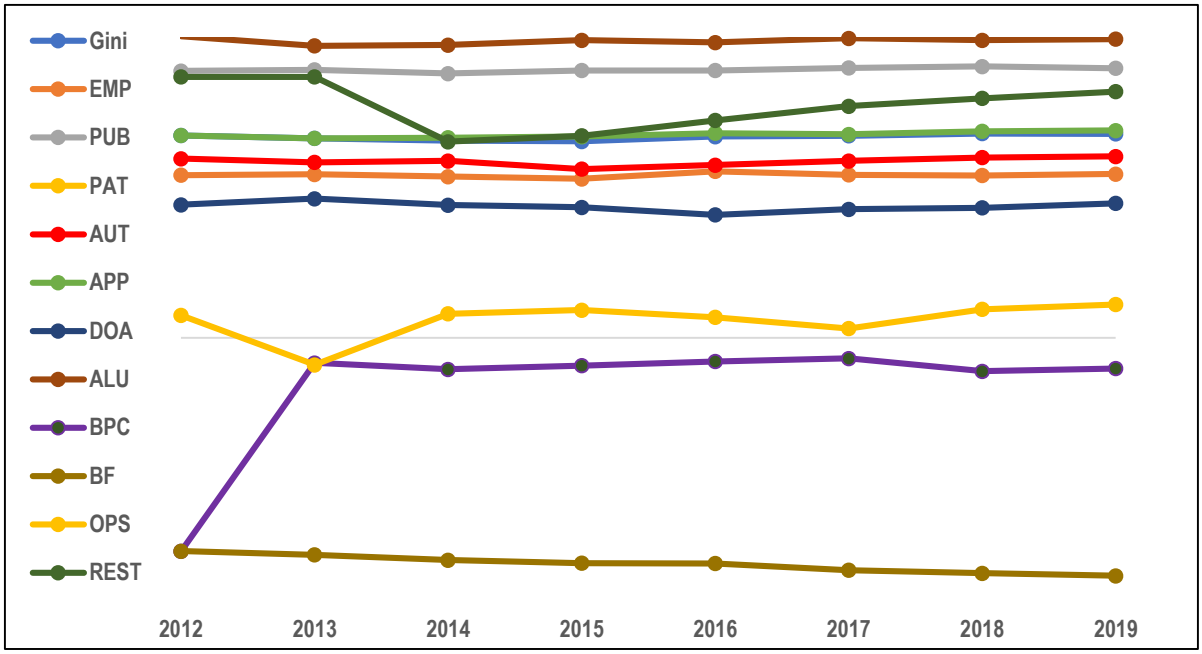
passando de 0,504 para 0,490. A partir de 2016, entretanto, o índice voltou a aumentar para 0,498, valor no qual se manteve em 2017, chegando a 0,506 em 2018 e 2019". BRASIL (2021, p.3)

Tabela 5 – Evolução da participação da Razão de Concentração das 11 parcelas que compõem a Renda Domiciliar *Per Capita* no período de 2012 a 2019

Ano	EMP	PUB	PAT	AUT	APP	DOA	ALU	BPC	BF	OPS	REST
2012	0,434	0,712	0,844	0,478	0,540	0,355	0,804	-0,569	-0,569	0,060	0,696
2013	0,436	0,715	0,832	0,468	0,532	0,371	0,779	-0,067	-0,579	-0,072	0,612
2014	0,430	0,705	0,830	0,472	0,534	0,354	0,781	-0,084	-0,593	0,064	0,523
2015	0,424	0,713	0,823	0,450	0,537	0,348	0,794	-0,074	-0,601	0,074	0,539
2016	0,444	0,713	0,835	0,461	0,546	0,328	0,788	-0,063	-0,602	0,055	0,580
2017	0,435	0,720	0,832	0,472	0,543	0,343	0,799	-0,055	-0,620	0,025	0,618
2018	0,433	0,724	0,836	0,481	0,551	0,347	0,794	-0,089	-0,628	0,076	0,639
2019	0,437	0,719	0,841	0,484	0,553	0,359	0,797	-0,082	-0,635	0,089	0,657

Fonte: Elaboração Própria com base na PNAD Contínua, Hoffmann (2022) e Jesus (2022).

Gráfico 4 – Evolução do índice de Gíni e a razão de concentração das 11 parcelas no período de 2012 a 2019.



Fonte: Elaboração Própria a partir da PNAD Contínua, e Hoffmann (2022).

A tabela 5 apresenta a razão de concentração o de cada, mas das onzes parcelas da renda total, e já o gráfico 4 demostra a relação do índice de Gini durante toda sua trajetória e sua relação com as parcelas da RPDC, de modo que podemos através desses resultados demostrados, concluir quais as parcelas foram progressivas e regressivas e seus efeitos na desigualdade da distribuição da renda.

O gráfico 4 e a tabela 5 demostram que o rendimento do trabalho dos empregados do setor privado (EMP) e a parcela da renda referente ao rendimento dos trabalhos autônomos (AUT) são as que durante o período apresentaram maior progressividade, contribuindo de modo significativo para redução do índice de Gíni durante o período de 2012 a 2019.

Entretanto, as parcelas referentes ao rendimento do trabalho dos empregados do setor publico (PUB) e as parcelas do rendimento do trabalho de empregadores são consideradas regressivas durante a trajetória do Gini no período. A regressividade dessas parcelas contribuem para um aumento da desigualdade da distribuição da renda, visto que contribuem para um aumento do índice de Gini.

Por sua vez, cabe dizer que, de acordo com a tabela 5 e o gráfico 4, as parcelas de aposentadores e pensões (APP) são praticamente nulas , confirmando que essa parcela praticamente não contribui para efeitos regressivo ou progressivo no Gíni , mantendo-se quase nenhuma expressividade no combate a desigualdade de renda.

Contudo, destaca-se que os rendimentos do Bolsa Família (BF) e os provenientes do rendimento de Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC) são as parcelas que apresentaram maior progressividade em todo o período, dessa forma contribuíram para queda do Gíni e para redução da desigualdade de renda no período.

3.3 O EFEITO-COMPOSIÇÃO, EFEITO-CONCENTRAÇÃO E TOTAL

Por fim, vamos apresentar o resultado dos efeitos associados a mudança de composição da renda, considerando Gini e a concentração das onze parcelas no período de 2014 a 2019. A variação do índice de Gíni do respectivo período de 2014 a 2019 obteve como resultado o valor de 0,0164, e a tabela 6 demostra o resultado da decomposição do Gini por porcentagem nos efeitos composição, concentração e total.

Portanto, concluímos que EMP , APP, PAT e PUB são aqueles que possuem maiores efeitos totais durante este período, e que a parcela de BF possui efeito total positivo, porém a BPC essencialmente apresenta efeito total negativo, resultado que demostra conflito com o elevado índice de Gini.

Dessa análise, o resultado do período de 2014 a 2019, evidencia que as mudanças nas parcelas dos rendimento de EMP, com efeito total de 28,70 %, e dos rendimentos de APP, cujo efeito total foi de 22,10% , são as parcelas que mais contribuíram para redução do índice de Gini.

Tabela 6 – Efeito composição, efeito Concentração, e o efeito total, com base nas 11 parcelas e porcentagem de Gini da RDPC de 2014 a 2019

Parcela	Efeito Composição (%)	Efeito Concentração (%)	Efeito Total (%)
EMP	19,70	9,00	28,70
PUB	0,60	12,10	12,70
PAT	11,20	5,70	16,80
AUT	1,60	-7,80	-6,20
APP	0,70	21,30	22,10
DOA	-0,90	0,70	-0,20
ALU	9,20	2,10	11,40
BPC	-11,30	0,10	-11,20
BF	11,20	-1,70	9,50
OPS	2,70	0,30	3,00
REST	-0,60	14,10	13,50

Fonte: Elaboração Própria a partir da PNAD Contínua, e Hoffmann (2020).

"Nota-se, ainda o efeito total negativo de BPC, e o efeito total positivo do BP, decorrentes, essencialmente, do aumento da participação do BPC e redução da participação do BF na RDPC". Hoffman (2020, p. 14)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou investigar um dos temas mais sensíveis a ciência econômica, que é a desigualdade da distribuição de renda. O estudo analisou informações contidas nos microdados da PNAD Continua do IBGE, e em publicações especializadas.

Com base na metodologia explicitada, foram analisadas o comportamento da renda domiciliar per capita no período de 2012-2019 através das medidas de desigualdade: índice de Gini e T-Theil, razões de proporções da renda, e os efeitos concentração, composição e total.

Diante dos resultados já apresentados, pode-se considerar que o período de 2012-2014, que antecedeu a crise, houve tendência de queda do índice de Gini e aumento da renda média domiciliar per capita, que registrou em média R$ 1430 (2014).

Com o advento da crise econômica e politica a partir de 2014, ocorre uma reversão dos ganhos distributivos, capturada pela mensuração do Gini, que registra 0.544 (2019). No período acentuado da crise, entre os anos de 2014-2017, ocorreu uma queda acentuada da renda média per capita dos brasileiros, em função da crise econômica que afetou diretamente o mercado de trabalho brasileiro.

Outrossim, durante o ciclo da crise e da recuperação econômica, período de 2014-2019, as parcelas de rendimento do trabalho de empregados do setor privado (EMP) e as parcelas do rendimento de trabalhadores por conta própria (Autônomos) tiveram significativa participação para atenuarem o aumento do Gini no período, visto que foram consideradas progressivas.

Entretanto, as parcelas referentes ao rendimento dos empregados do setor público (PUB) e as dos empregadores (PAT) são consideradas regressivas durante o ciclo de 2014 – 2019, contribuindo para que houvesse maior concentração da renda em uma parcela da população com aprofundamento da desigualdade da distribuição da renda domiciliar per capita no Brasil.

Cabe dizer que as parcelas dos rendimentos de Bolsa Família (BF) e Benefícios de Prestação Continuada (BPC) são progressivas, e, portanto, contribuíram no período para que ocorressem melhoria no Gini, embora esse se mantivesse com valores expressivos ao final de 2019.

Conclui-se, que esse estudo, é uma contribuição para aprofundar a investigação das causas da desigualdade da distribuição da renda entre as famílias brasileiras. O estudo adota como principal critério metodologia referenciada por pesquisadores relevantes, e os resultados aqui divulgados pelas principais medidas de desigualdade podem ser insumos para outros estudos que buscam elucidar os efeitos da má distribuição da renda nas medidas de pobreza no Brasil

REFERÊNCIAS

BARROS, R.; MENDONÇA, R. S. P. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. 59 p. (IPEA. Texto para Discussão, 377).

BARROS, R.; CARVALHO, M. DE; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. S. P. **A queda recente da desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. 24 p. (IPEA. Texto para Discussão, 1258).

BARBOSA, R. J., & Prates, I. (2020). **Efeitos do desemprego, do auxílio emergencial e do programa emergencial de preservação do emprego e da renda (MP n. 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia**. Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, (69), 65–79. https://doi.org/10.38116/bmt69/notastecnicas2

BARBOSA, R. J.; SOUZA, P. H. G. F.; SOARES, S. S. D. (2020) **"Distribuição de renda nos anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza"**. Brasília, IPEA, Texto para Discussão 2610

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. (2001), **"A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil**". *Texto para Discussão*, n.0800, Rio de Janeiro: Ipea.

BRASIL. **Rendimento de todas as fontes**. Rio de Janeiro. IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. 2019-2020.

BRASIL. **Sistemas de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**. Rio de Janeiro. IBGE. 2020-2021.

CARVALHO, S. S. (2020). **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD Covid-19.** [Carta de Conjuntura n. 48], Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200702_cc_48_mercado

FERREIRA, C. R. **Participação das aposentadorias e pensões na desigualdade da distribuição de renda do Brasil no período de 1981 a 2001.** 2003. 136 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. **A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. Econômica**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-39, jun. 2008.

HOFFMANN, R. (2017). **Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: o que mudou em 2015?** [Texto para Discussão n. 38], Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG). https://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2017/01/RDPC11E-1.pdf

HOFFMANN, R. (2020a). **Parcelas regressivas e progressivas da renda domiciliar per capita e fatores associados à desigualdade da distribuição da renda no Brasil, 2012-2019**. [Texto para Discussão n. 62], Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG).
https://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2020/06/RDPC_11_PARCELAS_2012-19-2.pdf

HOFFMANN, R. (2020b). **Desigualdade de renda no Brasil, 1995 a 2019: diversas distribuições e o impacto do desemprego**. Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho, 2(0), e020007. https://doi.org/10.20396/rbest.v2i.14205

HOFFMANN, R., & Jesus, J. G. (2022). **A contribuição de onze parcelas para a desigualdade da distribuição da renda domiciliar per capita no Brasil e a relevância do Auxílio Emergencial na redução da desigualdade em 2020**. [Texto para Discussão n. 69], IEPE/Casa das Garças. https://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2021/12/RHJJ2020h.pdf

HOFFMANN, R., & Vaz, D. V. (2021). **Mensurando a desigualdade no Brasil: evidências a partir da renda e dos gastos das famílias**. Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho, 3(0), e021003. https://doi.org/10.20396/rbest.v3i00.14841

HOFFMANN, R., Botassio, D. C., & Jesus, J. G. (2019). **Distribuição de renda: medidas de desigualdade, pobreza, concentração, segregação e polarização**. Editora da Universidade de São Paulo.

HOFFMANN, R., Jesus, J.G., & Almeida, S. S. P. (2018). **A distribuição da renda no Brasil conforme a PNAD: 1995-2017**. [Texto para Discussão n. 45], IEPE/Casa das Garças. https://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2018/08/PNAD9517E.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2021a). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021**. Coordenação de População e Indicadores Sociais – IBGE. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil:** nota técnica. Brasília: IPEA, 2006. 60 p.

NERI, M.C.; SOUZA, P.H.C.F. **A Década Inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. Comunicados do IPEA, Nº 155**. Rio de Janeiro, setembro de 2012.

PYATT, G.; CHEN, C.; FEI, J.The distribution of income by factor components. **The Quarterly Journal of Economics,** Cambridge, v. 95, n. 3, p. 451-473, nov. 1980.

SOARES. S. S. D. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004.**Brasilia: IPEA, 2006a. 31 p. (Texto para Discussão, 1166).

SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G. **Programas de transferência de renda no Brasil**: impactos sobre a desigualdade. Brasília: IPEA, 2006, 41 p. (Texto para Discussão, 1228).

O Comunicado IPEA n.º 155: "A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda" (2012),